



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

REQUERIMENTO Nº , DE 2011
(do Sr. Fernando Francischini)

Requer que seja convocado o Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para expor acerca das providências de sua alçada que a CGU vem tomado sobre o divulgado descontrole na execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, conforme divulgado pela Revista Veja em 06.07.2011.

Senhor Presidente

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50 da Constituição Federal e nos termos do art. 219 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação do Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, para expor acerca das providências de sua alçada que a CGU vem tomado sobre o descontrole na execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes, conforme divulgado pela Revista Veja em 06.07.2011.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias recentemente publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovia e ferrovias, descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes.

Segundo notícias publicadas na Revista veja Edição 2224 nº 27, de 06/07/2011, a Senhora Presidente da República Dilma Rouseff diz que “o Ministério dos Transportes está sem controle, que as obras estão com preços inflados e anuncia uma intervenção na pasta comandada pelo PR -- que cobra 4% de propina das empresas prestadoras de serviços.

“O mensalão do PR”

A presidente Dilma Rousseff diz que o Ministério dos Transportes está sem controle, que as obras estão com os preços inflados e anuncia uma intervenção na pasta comandada pelo PR – que cobra 4% de propina das empresas prestadoras de serviços

No último dia 24, a presidente Dilma Rousseff se reuniu com integrantes da cúpula do Ministério dos Transportes no Palácio do Planalto. Ao lado das ministras Gleisi Hoffmann (Casa Civil) e Miriam Belchior (Planejamento), ela passou nos subordinados um daqueles pitos que parecem ecoar pela Praça dos Três Poderes, em Brasília, e alimentam a sua fama de durona. Dilma reclamou dos **aumentos sucessivos dos custos das obras em rodovias e ferrovias, criticou o**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

descontrole nos aditivos realizados em contratos firmados com empreiteiras e mandou suspender o início de novos projetos. A presidente cobrou explicações sobre a explosão dos valores dos empreendimentos vinculados ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Com planilhas e documentos sobre a mesa, Dilma elevou o tom: "O Ministério dos Transportes está descontrolado". Depois, manuseando os papéis, sentenciou: "Vocês são inadimistráveis e estão inviabilizando o meu governo". Para sustentar a reprimenda, a presidente explicou o motivo da ira: preços "insuflados" - ou, na linguagem coloquial da burocracia brasiliense, superfaturados.

Dilma Rousseff chamou de "abusiva" a elevação do orçamento de obras em ferrovias, que passou de 11,9 bilhões de reais, em março de 2010, para 16,4 bilhões neste mês - salto de 38% em pouco mais de um ano. Mostrou especial irritação com o fato de a Valec - a estatal que cuida da malha ferroviária - ter aumentado em 828 milhões de reais um trecho de ferrovia cujo custo havia sido estimado apenas seis meses antes. A presidente disparou também contra o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), responsável pelas rodovias. Perguntou e não obteve resposta, por exemplo, sobre por que uma parte da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas, no Rio Grande do Sul, estava estimada em 1 bilhão de reais. Depois de pontuar o varejo, ela concluiu a ofensiva no atacado, desautorizando o Ministério dos Transportes a ampliar em 10 bilhões de reais os custos de suas obras inscritas no PAC. Além das ministras anfitriãs, estavam na reunião o secretário executivo do ministério, **Paulo Sérgio Passos**, o diretor-geral do Dnit, **Luiz Antonio Pagot**, e o diretor de engenharia da Valec, **Luiz Carlos Oliveira Machado**.

Foram quatro horas tensas em que a presideme falou muito mais do que ouviu. Ela repassou uma a uma as obras sob responsabilidade do ministério, cobrando explicações sobre cada cifra mais alentada. Os subalternos da pasta ouviram as admoestações em silêncio. Convocado para o encontro, o **ministro Alfredo Nascimento** não compareceu porque, segundo ele, tinha "compromissos pessoais intransferíveis". O mesmo motivo foi o álibi do **chefe da Valec, José Francisco das Neves**, o Juquinha, em viagem à Alemanha. A ausência do número 1 e de seu importante auxiliar no ministério pode ter sido mesmo motivada por circunstâncias inarredáveis, mas isso não altera o fato de que Dilma não nutre admiração pelos dois gestores ausentes. Herdou ambos do governo Lula e suporta-os como um passivo político. Ela não faz questão de tratar diretamente com eles. **"Vocês ficam insuflando o valor das obras. Não há orçamento fiscal que resista aos aumentos propostos pelo Ministério dos Transportes.** Eu teria de dobrar a carga tributária do país para dar conta", disse Dilma quando a reunião caminhava para o fim. Ela deu o diagnóstico: "Vocês precisam de babá. E terão três a partir de agora: a Miriam, a Gleisi e eu". **O Ministério dos Transportes passou recibo da reprimenda emitindo uma nota na qual justifica que a hiperinflação nas obras decorreu do aumento dos custos de serviços e dos preços de matérias-primas.** Pode ser uma explicação, mas não é a única - e muito menos a principal delas.

Nas últimas semanas, VEJA conversou com parlamentares, assessores presidenciais, policiais e empresários, consultores e empreiteiros. Ouviu deles a confirmação da existência de uma gestão paralela nada republicana em Brasília. **A engrenagem é azeitada pelo PR, o Partido da República, que dá as cartas no Ministério dos Transportes.** Por seus mecanismos e fins, o esquema do PR parece um clone do grande escândalo do governo Lula, o mensalão. No relato das pessoas ouvidas por VEJA, **o PR cobra propina de seus fornecedores em troca de sucesso em licitações, dá garantia de superfaturamento de preços e fecha os olhos aos aditivos, alvo da ira da presidente na reunião do dia 24. A estrutura tem organograma, contabilidade e coletores próprios. Os empreiteiros pagam um "pedágio político" de 4% sobre o valor das faturas recebidas. A maior parte dos recursos é destinada aos cofres da direção nacional do PR, agremiação co-**



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

mandada pelo ministro Alfredo Nascimemo e pelo deputado Valdemar Costa Neto - respectivamente, presidente e presidente de honra do partido. O restante agracia parlamentares dos estados nos quais as obras são realizadas. **A máquina já operava no governo Lula, quando não foi capaz, segundo parlamentares do próprio PR, de custear a maioria das campanhas do partido em 2010.** No governo Dilma, sob a batuta de Valdemar Costa Neto, os negócios se encorpam e vão de vento em popa.

Administrador de empresas, Valdemar exerce o sexto mandato de deputado federal e, na prática, é quem comanda o PR. Em 2005, foi obrigado a renunciar a uma cadeira na Câmara abatido pelo escândalo do mensalão. Escapou da cassação, mas, dois anos mais tarde, o Supremo Tribunal Federal (STF) abriu processo contra ele por formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e corrupção passiva. O processo apura suas responsabilidades no uso do nome do PL (hoje PR) para embolsar cerca de 11 milhões de reais dos cofres do notório Marcos Valério em troca do apoio da legenda ao governo Lula. O processo ainda não foi julgado, e o parlamentar - reeleito em 2006 e 2010 - continua a atuar com desenvoltura. É ele quem decide as indicações para cargos do Ministério dos Transportes. No universo paralelo, é também quem escolhe as empresas com direito a executar os projetos e as obras. Valdemar despacha no próprio ministério.

No último dia 4 de maio, ele se reuniu à tarde com representantes de quinze empresas de consultoria na sala do diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot. **O deputado, por não ter cargo, não tinha razões sadias para estar ali.** Mas ele nem se deu ao trabalho de explicar sua presença na reunião, que foi feita com o objetivo de discutir obras em 12000 quilômetros de rodovias federais, negócio estimado entre 6 bilhões e 7 bilhões de reais. Os membros do PR alertaram os presentes de que as obras só sairiam do papel se as consultorias "aperfeiçoassem" os projetos, adequando as propostas às exigências do Tribunal de Contas da União (TCU). Depois do alerta protocolar, porém, Antonio Pagot fez uma preleção. O apadrinhado do senador Blairo Maggi disse que estava em jogo não apenas uma questão técnica, mas uma missão partidária. O PR teria de deixar como legado de sua passagem pelo ministério uma efetiva e perceptível melhoria no estado de conservação das rodovias brasileiras. Tudo perfeito, então? Sim, até que se desça das aparências para a sombria realidade dos negócios. **"Eles exigem 5% das consultorias. Quem não paga está fora do ministério"**, contou a VEJA um dos participantes da reunião. O porcentual - 5% - é 1 ponto maior do que o pedido às empreiteiras. Cinco outros consultores confirmaram a VEJA o pagamento de propina aos políticos do PR. Entre as atribuições de uma empresa de consultoria, está desenhar o projeto de uma rodovia ou de uma ferrovia - seja construção, restauração ou manutenção. Os parâmetros do projeto são decisivos para a definição dos preços e influem até mesmo na escolha das empreiteiras que executarão a obra, já que umas se adéquam mais a determinados requisitos do que outras.

Para ter o controle absoluto do processo, **o PR atua - e cobra - nas duas pontas.** O Partido da República "acerta" os detalhes técnicos com as consultorias e, depois, mantém uma parceria informal com a Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor). Às vésperas do lançamento de uma licitação, empreiteiros se reúnem na sede da entidade em Brasília e dividem entre si lotes da obra em questão. Investigações da Polícia Federal já flagraram essa armarção, responsável pela **majoração dos preços dos empreendimentos.** "Quem combina tudo, do preço à empresa que vai ganhar, é a direção da Aneor com o Valdemar. Nas reuniões, não se pode entrar nem de telefone celular. **Todos levam alguma coisa, mas quem discordar perde tudo**", contou um empreiteiro. O presidente da Aneor, o empresário José Alberto Ribeiro, negou que haja combinação de preço como forma de burlar a livre concorrência. Ele diz que sua intervenção é feita no sentido de impedir que sejam efetuadas propostas a preços irreais: "Mostramos aos associados que, se derem um desconto acima do justificável, não



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

conseguirão fazer a obra e, se fizerem, será de má qualidade". Ribeiro admite serem frequentes as reuniões com parlamentares, assim como a influência de Valdemar Costa Neto no Ministério dos Transportes. "No modelo brasileiro, cada ministério pertence a um partido. O Valdemar é o mais influente. Temos de conversar com ele. Antes, a gente "acertava" direto com o parlamentar que trabalhava pela obra. Agora, o dinheiro é entregue a um funcionário do ministério", relata um empreiteiro.

Na semana passada, a Aneor marcou uma dessas reuniões para "encaminhar" a licitação de uma obra na BR-280, em Santa Cararina, uma empreiteira orçada em 900 milhões de reais. A concorrência formal vai acontecer na próxima sexta-feira. Segundo um empreiteiro convidado, a entidade já havia decidido o preço e o nome da empresa que venceria a disputa por um dos lotes da obra.

Faltava escolher os parceiros para os outros dois trechos da rodovia. Se não houvesse acordo, seria promovido um sorteio. A reunião, marcada para a sede da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas, em Curitiba, foi cancelada na última hora. Indagado sobre os motivos do cancelamento, Valdir da Costa Reis, diretor da Aneor, descontrôversou: "Reunião? Que reunião? Não estou sabendo de reunião nenhuma". **Se tudo o que foi combinado com relação às obras da BR-280 der certo, cada pagamento liberado aos "vencedores" da licitação sofrerá uma taxação de 4%.** Os pagamentos ao PR são feitos a um emissário Valdemar e Alfredo Nascimento, o assessor do Ministério dos Transportes Luiz Tito Barbosa. "Um parlamentar da direção do PR me disse que ele (Tito) agora é o caixa oficial. Não é mais para pagar nada diretamente a deputados ou senadores. Os envelopes seguem direto para ele", diz um empreiteiro. Servidor de carreira, Tito tem como função oficial preparar dossiês sobre o andamento de obras que serão visitadas pelo ministro. Para cumprir a missão, reúne-se diariamente com parlamentares e empresários a fim de colher informações sobre o andamento dos projetos e da movimentação financeira relacionada a eles. Tito negou ser o arrecadador esquema: "Já aconteceu de empresários dizerem que estão dispostos a comprar facilidades aqui no ministério. Eu não aceito conversar. Não tenho controle do empenho dos recursos". Quem tem controle dos tais empenhos e da efetiva liberação das verbas para as empresas é Mauro Barbosa, chefe de gabinete do ministro.

Eis mais um dos "inadministráveis" aos quais a presidente Dilma Rousseff se referiu. Mauro Barbosa sabe de cor e salteado quando e quanto cada empresa recebe dos cofres públicos. Ele é amigo e chefe de Tito. Trabalharam juntos no Dnit e na secretaria executiva dos Transportes. "O Mauro é o dono da chave do cofre, e o Luiz Tito o cara da mala", explicou um empresário. Mauro Barbosa também é sobrinho de Juquinha, o presidente da Valec. Filiado ao PR, Juquinha tem Valdemar como um dos padrinhos. No dia a dia da estatal, ele dá mostras de obedecer diretamente ao deputado. Em 4 de agosto de 2010, o conselho de administração da Valec se reuniu em Brasília para seu encontro mensal. Entre os assuntos tratados estavam as obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste. Um dos conselheiros perguntou quando seria finalizado o processo de contratação das empresas que trabalhariam na empreitada. Juquinha, conforme o relato de dois dos presentes, respondeu: "A escolha das empresas será feita em um jantar na casa do doutor Valdemar Costa Neto". VEJA procurou o presidente do conselho de administração da Valec, Miguel Masella. Em dois contatos, ele se calou sobre a polêmica declaração de Juquinha durante a reunião do colegiado. Integrante da Comissão de Transportes da Câmara, o depurado Mauro Lopes (PMDB-MG) contou que, há uns dois anos, foi até Juquinha para apresentar as credenciais de uma empresa de consultoria interessada em participar de projetos da Valec. "Se o Valdemar autorizar, eu coloco para trabalhar", ouviu como resposta. No fim do ano passado, um grupo formado por empresários e parlamentares do próprio PR procurou um delegado da Polícia Federal para denunciar o esquema. Não existem santos nessa história. "O Valdemar se acha dono do PR. Quer tudo para ele", criticou um parlamentar, pedindo anonimato. Em nota, o ministério informou que Alfredo Nascimento "não foi alertado nem tomou conhecimento da prática de qualquer



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

irregularidade na gestão dos contratos sob a responsabilidade de seus órgãos vinculados (o Dnit e a Valec). Caso haja denúncia, tomará as medidas cabíveis para a imediata e rigorosa apuração dos fatos e a efetiva responsabilização dos envolvidos". O Dnit informou que não há influência de Valdemar nas decisões do órgão e que, na reunião com os consultores, ele apenas "cumprimentou rapidamente" os participantes - e foi embora. Valdemar não quis comentar.

Em resposta, às denúncias e informações divulgadas pela revista Veja, o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, publicou nota, no sítio virtual da referida pasta¹, em que rechaça as denúncias e afirma ter determinado a abertura de sindicância interna para apuração da participação dos dirigentes da Pasta e de órgãos a elas vinculados nos fatos narrados pela revista. Consta do inteiro teor da nota publicada:

"O Ministério | 02/07/2011

ESCLARECIMENTO

Sobre a reportagem “O mensalão do PR”, publicada pela revista Veja na edição que circula nesse fim de semana, o Ministério dos Transportes informa o que segue:

O Ministro de Estado dos Transportes, Alfredo Nascimento, rechaça, com veemência, qualquer ilação ou relato de que tenha autorizado, endossado ou sido conivente com a prática de quaisquer ato político-partidário envolvendo ações e projetos do Ministério dos Transportes. A preocupação e o cuidado com a correta administração do bem público é uma das marcas da sua vida pública e, especialmente, de suas gestões à frente da Pasta.

Diante da relevância do relato publicado pela revista e da ausência de provas, Nascimento decidiu instaurar uma sindicância interna para apurar rápida e rigorosamente o suposto envolvimento de dirigentes da Pasta e seus órgãos vinculados nos fatos mencionados pela revista. Além de mobilizar os órgãos de assessoramento jurídico e controle interno do Ministério dos Transportes, **o ministro decidiu pedir a participação da Controladoria-Geral da União (CGU).** As providências administrativas para o início do procedimento apuratório serão formalizadas a partir da próxima segunda-feira, 04/07.

Para garantir o pleno andamento da apuração e a efetiva comprovação dos fatos imputados aos dirigentes do órgão, os servidores citados pela reportagem serão afastados de seus cargos, em caráter preventivo e até a conclusão das investigações. Alfredo Nascimento já comunicou sua decisão à Presidência da República. O desligamento temporário dos servidores Mauro Barbosa da Silva, Chefe de Gabinete do Ministro; Luís Tito Bonvini, Assessor do Gabinete do Ministro; Luís Antônio Pagot, Diretor-Geral do DNIT; e José Francisco das Neves, Diretor-Presidente da Valec; será formalizado a partir da próxima segunda-feira, 04/07, pela Casa Civil da Presidência.

No que diz respeito ao monitoramento da execução das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o ministro dos Transportes informa ter tomado – a partir de janeiro, quando reassumiu a Pasta – as providências desejáveis ao aperfeiçoamento gerencial do programa, com vistas a reduzir custos de obras e da contratação de projetos. Tal preocupação atende não apenas a necessidade de efetivo controle sobre os dispêndios do Ministério, mas também a determinação de acompanhar as diretrizes orçamentárias do governo como um todo. Característica de sua passagem pelo governo federal em gestões anteriores e, obedecendo à sua

¹ Nota disponível no link: <http://www.transportes.gov.br/noticia/conteudo/id/45599>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

postura como homem público, Alfredo Nascimento atua em permanente alinhamento à orientação emanada pela Presidenta da República.

*Assessoria de Comunicação
Ministério dos Transportes
Fones: (61) 2029-7038/7039"*

A Executiva Nacional do Partido da República, por meio de seu Secretário-Geral, Valdemar Costa Neto, veio a público repudiar as informações divulgadas e alegar a licitude das relações existentes entre os parlamentares da sigla e funcionário do Ministério dos Transportes:

"Brasília, 02 de julho de 2011.

Sobre as afirmações publicadas na edição desta semana da revista Veja, o deputado Valdemar Costa Neto tem a esclarecer:

1 - As relações mantidas com Órgãos da Administração Pública Federal, incluindo o Ministério dos Transportes, são públicas e quase sempre consumadas em despachos e reuniões de trabalho organizadas pelos servidores das respectivas pastas. Sempre transparentes, estas reuniões buscam garantir benfeitorias federais para as regiões representadas por lideranças políticas do PR.

2 - Estas relações, notadamente institucionais, são regulares, decorrem do desempenho das funções de Secretário Geral da legenda partidária, e dizem respeito ao **acompanhamento das demandas por benfeitorias federais de interesse das regiões onde o partido tem representação política** (vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais e senadores).

3 - A Executiva Nacional do PR apóia a decisão que instaurou sindicância para, no menor prazo possível, ficar provada a inocência dos republicanos afastados, lhes garantindo pleno direito de defesa.

4 - Ninguém está autorizado a discutir qualquer contrato público, em nenhum lugar, em nome do Partido da República. Portanto, caso haja esta ocorrência, tal conduta é criminosa e não diz respeito ao PR.

5 - A apresentação de acusações apócrifas e a falta de qualquer indício, prova ou documento que ampare as afirmações da revista Veja desta semana exige do PR providências enérgicas. Por esta razão o partido ingressará com as medidas judiciais cabíveis contra a revista e os autores do texto que, neste caso, serão cobrados por suas acusações infundadas diante dos Tribunais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – CFFC

Valdemar Costa Neto

Secretário Geral do PR"

A situação no Ministério dos Transportes resultou no afastamento preventivo do Chefe de gabinete do Ministro dos Transportes, Mauro Barbosa, do assessor do ministério Luiz Tito Bonvini, do diretor-geral do Dnit, Luiz Antonio Pagot, e do presidente da estatal Valec, José Francisco das Neves.

Decerto que ao afastamento de alguns dos envolvidos não tem o condão de encerrar o caso, nem é suficiente para solucionar ou esclarecer os fatos acima indicados. A medida, no entanto, confirma a gravidade das denúncias e a presença de fortes indícios da prática de atos ilícitos, de molde a justificar a atuação do Ministério Público Federal.

Segundo notícias publicadas na Revista veja Edição 2224 nº 27, de 06/07/2011, a Senhora Presidente da República Dilma Rouseff diz que “ o Ministério dos Transportes está sem controle, que as obras estão com preços inflados e anuncia uma intervenção na pasta comandada pelo PR -- que cobra 4% de propina das empresas prestadoras de serviços.

A convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em

de julho de 2011.

**Deputado FERNANDO FRANCISCHINI
PSDB/PR**